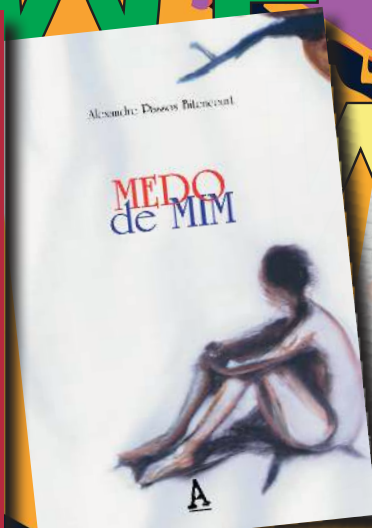
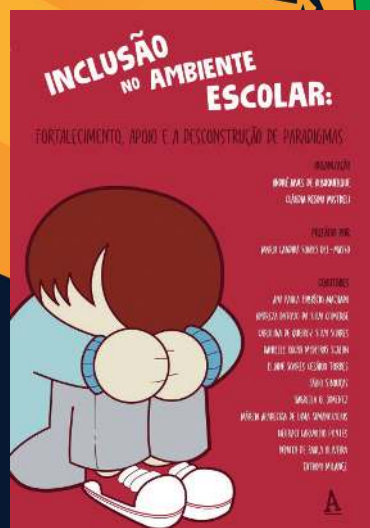


Revista **a** EVOLUÇÃO

ANSA L ENSA L MENSAL BIMESTRAL

WEM 2 V I W E I A 2 K

LANÇAMENTOS



Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano V - nº 53 - Junho de 2024

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Vilma Maria da Silva

Manuel Francisco Neto

Colunistas:

Adeilson Batista Lins

Isac Chateaufneuf

Organização:

Andreia Fernandes de Souza

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Antônio Ambriz Camuano
Constantino João Manuel
Daniela da Silva Souza Santos
Elisangela Santos Reimberg Eduardo
Fernanda Jaqueline Irineu Holanda
Fernando Massi Argentino
Francisca Francineuma de Lima
Graziela de Carvalho Monteiro
Janaina Pereira de Souza
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro
Jucira Moura Vieira da Silva

Maria Aparecida da Silva
Maria do Socorro Viana de Oliveira da Hora
Maria Gilma do Nascimento Azevedo
Monika Shinkarenko
Patrícia Hermínio da Silva
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza
Sileusa Soares da Silva
Simone de Cássia Casemiro Bremecker
Tania Aparecida Feitosa Medeiros
Viviane de Cássia Araujo

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 5, n. 53 (jun. 2024). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2024. 174 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua a partir de 2020. Mensal até a edição 52.

Bimestral (a partir desta edição).

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.53

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS: <https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.53>



São Paulo | 2024

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Andreia Fernandes de Souza

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Isac Chateaneuf

José Wilton dos Santos

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins

Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt

Profa. Esp. Ana Paula de Lima

Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza

Profa. Dra. Denise Mak

Prof. Dr. Isac Chateaneuf

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins

Prof. Dr. Isac Chateaneuf

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado

Vilma Maria da Silva

Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703

Whatsapp: 55(11) 99543-5703

primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)

netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)

https://primeiraevolucao.com.br

Imagens, fotos, vetores etc:

https://publicdomainvectors.org/

https://pixabay.com

https://www.pngwing.com

https://br.freepik.com

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.

A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform &
open source by
OJS / PKF

www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

05 EDITORIAL

Antônio R. P. Medrado

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac Chateaufneuf

08 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

BIMESTRALIDADE

1. O USO DOS MÉTODOS ATIVOS COMO ESTRATÉGIA INOVADORA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM ANTÔNIO AMBRIZ CAMUANO	13
2. O ENGAJAMENTO DAS IGREJAS NA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO EM ANGOLA CONSTANTINO JOÃO MANUEL	19
3. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA DANIELA DA SILVA SOUZA SANTOS	25
4. A REPRESENTATIVIDADE DA GRAVURA E DA ESCRITA ELISANGELA SANTOS REIMBERG EDUARDO	31
5. A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NA EDUCAÇÃO FERNANDA JAQUELINA IRINEU HOLANDA	39
6. A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROFESSORES - UM INSTRUMENTO PARA A MELHORIA NA ACTUAÇÃO DOCENTE FERNANDO MASSI ARGENTINO	45
7. A IMPORTÂNCIA DO TEATRO NO CAMPO EDUCACIONAL FRANCISCA FRANCINEUMA DE LIMA	59
8. ARTETERAPIA, LUDICIDADE E INCLUSÃO GRAZIELA DE CARVALHO MONTEIRO	69
9. A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA INFÂNCIA JANAINA PEREIRA DE SOUZA	77
10. PRÁTICAS DE LEITURA E LITERATURA QUE CONTRIBUEM PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM JÉSSICA MIDORI NINOMIYA RIBEIRO	83
11. A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: E SUA DISCUSSÃO EM ÂMBITO EDUCACIONAL JUCIRA MOURA VIEIRA DA SILVA	89
12. A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO NO ACOMPANHAMENTO ESCOLAR MARIA APARECIDA DA SILVA	99
13. A LITERATURA INFANTIL DESPERTANDO O PRAZER DE LER E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA MARIA DO SOCORRO VIANA DE OLIVEIRA DA HORA	105
14. O RESPEITO À DIVERSIDADE E AOS DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA MÁRIA GILMA DO NASCIMENTO AZEVEDO	115
15. REFLEXÕES DECOLONIAIS A RESPEITO DO ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL MONIKA SHINKARENKO	123
16. A FILOSOFIA E AS MULHERES QUE FIZERAM PARTE DO AMOR PELO CONHECIMENTO PATRÍCIA HERMINIO DA SILVA	129
17. A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO PATRÍCIA MENDES CAVALCANTE DE SOUZA	137
18. DIVERSIDADE CULTURAL E EDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL SILEUSA SOARES DA SILVA	143
19. METODOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL SIMONE DE CÁSSIA CASEMIRO BREMECKER	149
20. A ALFABETIZAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE TANIA APARECIDA FEITOSA MEDEIROS	157
21. A AFETIVIDADE E SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM VIVIANE DE CÁSSIA ARAUJO	165

RESUMO

O presente artigo tem como intencionalidade, apontar a urgência da inclusão desta questão em pautas de reuniões e formações dentro do contexto escolar. É necessário planejar práticas pedagógicas que saiam da superficialidade das ações apenas no mês da consciência negra, ações que inclui no planejamento o filme Kiriku, sem refletir sobre a importância da representatividade e sentido para as crianças brasileiras, ou elaborar projeto pedagógico em torno do livro Menina bonita do laço de fita, chegando ao ponto de uma docente de pele clara, no cume do projeto pedagógico em uma mostra cultural, pintar a pele para encenar a protagonista do livro ao invés de incentivar as crianças pretas da turma, assumirem o importante papel. Este relato não é uma crítica negativa referente às obras mencionadas, ou a prática da docente, é apenas um convite para planejar ações que contribuam de fato com propostas significativas, como as orientações pedagógicas sugeridas nos documentos normativos como o Currículo da cidade: Educação Antirracista e as pesquisas dos autores que darão embasamento teórico ao artigo, Joaci Pereira Furtado, Rodney William Eugenio, Silvio Almeida, Paola Prandini, Maria Beatriz Nascimento e Elaine dos Santos Cavalleiro.

Palavras-chave: Ancestralidade; Crenças; Educação; Identidade; Representatividade.

INTRODUÇÃO

*Bendito é o vento,
que tira tudo do lugar!
Bendito é o tempo,
que deposita em lugar diferente,
o que o vento tirou!
Bendito é o olhar,
que olha tudo por outro prisma!
Benditas são as inquietações que o vento,
o tempo e o olhar nos trazem!
Benditas são as revoltas e os revoltosos,
que dão espaço para o vento tirar o que lhes
revolta!
(Daniela da Silva Souza Santos)*

O presente artigo tem como objetivo provocar o debate em torno da ampla temática ancestralidade, pois minha inquietação acerca

desta questão é antiga. Mesmo sendo previsto na Lei nº 7.716/ 89, o racismo como conduta ilícita, ainda há discriminação em todas as esferas da sociedade. A Lei 10.639/03 sancionada há vinte e um anos, que obriga as escolas de ensino fundamental e médio a ensinarem sobre história e cultura afro-brasileira, ainda há resistência e preconceito em torno da abordagem da temática, oportuna e importante, impossível de exaurir as reflexões necessárias nas linhas a seguir.

Consoante a Nascimento (2018, p. 102 - 103) *“O negro não tem apenas espaços a conquistar, tem coisas a reintegrar também, coisas que são suas e que não são reconhecidas como suas características. O pensamento, por exemplo.”*

¹ Graduada em Pedagogia pelo Instituto de Educação Superior Alvorada Plus. Pós-graduada em Atendimento Escolar Especializado, pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo, FAMESP. Graduada em Matemática pela Faculdade de Educação Paulistana, FAEP. Graduada em Direito, na Faculdade Anhanguera. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMSP.

É necessário refletir a condição de subalternidade que é imposta às pessoas pretas na sociedade, haja vista, que o contexto escolar reflete dentro do seu espaço, a sociedade a qual pertence. O ambiente educacional não pode reproduzir e contribuir com o “Racismo estrutural”.

No último dia 06 de junho estive em um território de resistência, ancestralidade e cultura, um autêntico QUILOMBO, para o lançamento do livro *Revolta das Carrancas: o silêncio ao redor*, do autor Joaci Pereira Furtado. Sem dúvida, a mesa-redonda após o lançamento do livro foi para os presentes um momento de expansão de saberes. A revolta é combustível para aqueles que buscam combater os grilhões que insistem em nos aprisionar. Porém, não há barreiras para nos segurar!

Seguindo o pensamento de Nascimento (2018) é mais que urgente discutir dentro dos espaços de educação a posse e recuperação do conhecimento por parte dos negros, atribuir racionalidade a pessoa preta e, não apenas o instinto e força. Muito me alegro testemunhar e participar da elaboração de produções intelectuais e culturais feitas por grupos que foram historicamente marginalizados. Seguimos!

As técnicas utilizadas neste artigo serão participativas e bibliográficas, pois quem o escreve faz parte da rede de ensino pública de São Paulo e autores como Joaci Pereira Furtado, Rodney William Eugenio, Silvio Almeida, Paola Prandini, Maria Beatriz Nascimento e Elaine dos Santos Cavalleiro darão embasamento teórico à pesquisa.

A primeira seção abordará sobre a construção da identidade pautada na ancestralidade;

Na segunda seção desta pesquisa, será abordado um breve histórico da invenção do negro no Brasil.

E na terceira seção trataremos acerca da laicidade do Estado brasileiro.

É importante ressaltar que este artigo

não tem a intenção de impor práticas pedagógicas em torno da temática abordada, mas objetiva incentivar a reflexão sobre a importância dessa discussão dentro do ambiente escolar, fornecendo pauta para contribuir com o desenvolvimento pleno dos docentes e discentes.

Axé!!!

CONSTRUIR UMA IDENTIDADE ANCESTRAL

A construção da identidade tem papel fundamental no desenvolvimento humano e consoante a Base Nacional Curricular Comum - BNCC, as crianças constituem um modo próprio de agir, sentir e pensar na interação com colegas e com adultos. Desse modo, é importante desenvolver habilidades como analisar o papel das culturas e das religiões na composição identitária dos povos antigos, já na Educação Infantil, conforme prevê documentos normativos para as infâncias.

E para os que assim como eu, estudaram nos livros de História que o país foi descoberto e colonizado, como educar para uma Educação Antirracista se ainda estamos impregnados de concepções negativas em torno da ancestralidade negra.

Para Prandini (2018):

“O silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação nas diversas instituições educacionais não só fornecem subsídios para a histórica orientação eurocêntrica da educação brasileira, como impedem que os seres humanos se formem em sua plenitude, livres de estereótipos negativos sobre si e sobre o outro.” (p.17)

Abordar a questão da identidade negra é um movimento de cura, em busca do resgate da ancestralidade a fim de tomar posse dela. A partir da valorização e reconexão desta, me aceito, me valorizo, me curo das feridas que o preconceito, discriminação e racismo fizeram em minha alma.

É importante conhecer algumas definições, como a dada pela Enciclopédia Significados à identidade, sendo assim é, o conjunto de caracteres particulares, que

identificam uma pessoa, como nome, data de nascimento, sexo, filiação, impressão digital etc. E o conceito identitário de acordo com o Dicionário Online de Português, faz referência à identidade, ao conjunto de características próprias e intransferíveis que define e qualifica algo ou alguém, diferenciando esta pessoa ou coisa das demais: composição artística identitária.

Quando nos deparamos com a proposta de construção da identidade das crianças, qual seria de fato o objetivo desta ação pedagógica? Abordar apenas o conjunto de características singulares que identifica um indivíduo como assim definida pelos dicionários e enciclopédias, ou desenvolvera consciência que uma pessoa tem dela própria? Com a intencionalidade de enaltecimento de sua identidade para contestar firmemente os fundamentos do racismo.

Para Gomes (2002):

“Não é fácil construir uma identidade negra positiva convivendo e vivendo num imaginário pedagógico que olha, vê e trata os negros e sua cultura de maneira desigual. Muitas vezes os alunos e as alunas negras são vistos como “excluídos”, como alguém que, devido ao seu meio sociocultural e ao seu pertencimento étnico/racial, já carrega congenitamente alguma “dificuldade” de aprendizagem e uma tendência a “desvios” de comportamento, como rebeldia, indisciplina, agressividade e violência. Essas concepções e essas práticas pedagógicas, repletas de valores e representações negativas sobre o negro resultam, muitas vezes, na introjeção do fracasso e na exteriorização do mesmo pelos alunos e alunas, expresso numa relação de animosidade com a escola e com o corpo docente. Diante de uma estrutura e de práticas excludentes não é de se estranhar que muitos alunos e alunas negras introjetem o racismo e o preconceito racial.” (p.41-42).

A instituição escolar e sua clientela trata a cultura afro-brasileira na maioria das vezes, de maneirapejorativa, explicitandoa discriminação e preconceito, mesmo com a obrigatoriedade do ensino da referida cultura sancionada por lei, cerceando a possibilidade de ampliação e apropriação de saberes.

Sabemos que o contexto escolar reproduz as relações sociais existentes em nossa sociedade e, para a doutora em educação e pesquisadora na área de racismo na escola, Eliane Cavalleiro, em sua obra intitulada “Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil” (1998) pontua que o preconceito racial está presente na sociedade brasileira, no cotidiano dos indivíduos e, portanto, é altamente prejudicial para a população negra, em diversos campos das relações sociais.

Retomando a cena já mencionada, em que a docente de pele clara, no cume do projeto pedagógico, pinta a pele para encenar a protagonista do livro ao invés de incentivar as crianças pretas da turma a assumirem o papel de protagonista. Pensemos na diferença entre representatividade e protagonismo como bem pontua o Currículo da Cidade - Educação Antirracista - Orientações Pedagógicas: Povos Afro-brasileiros (2022):

“Representatividade: um indivíduo representa um grupo por pertencer a ele e por expressar as ideias nas quais esse grupo acredita. Uma mulher negra, por exemplo, pode possibilitar representatividade às outras. Protagonismo: é se destacar, tomar a frente em uma discussão ou situação.” (p.41)

Dessa forma, é mais que urgente priorizar ações que fomentam a consciência negra dos docentes, visando a consolidação da Educação Antirracista.

A INVENÇÃO DO NEGRO

Tanto o “ser branco” quanto o “ser negro! São construções sociais.

O negro é produto do racismo, “sobredeterminado pelo exterior”.

Frantz Fanon (1968)

Antes da instalação da escravidão, éramos sudaneses, bantos, moçambicanos angolanos, costa-marfinenses, congolese entre outras etnias. Hoje somos negros, fruto do racismo.

O conceito de negro é definido pelo Estatuto da Igualdade Racial como: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo IBGE, ou que adotam autodefinição análoga. Mas quem quer fazer parte de um conjunto de pessoas que frequentemente são discriminadas?

Para Almeida (2023, p.31), *“a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários.”*

Ainda com as premissas de Almeida (2023):

“o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no homem universal e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas”. (p.25)

Os navios negreiros que transportavam africanos até o Brasil, chamados de tumbeiros, não só trouxeram diferentes etnias para serem exterminadas no Brasil, mas objetivavam transformar o solo brasileiro em tumba da história e cultura de muitos povos. Porém houve mecanismos de sobrevivência desta cultura.

Com propriedade o doutor em Ciências Sociais e babalorixá Rodney William (2019, p.27), transmite a tradição nagô que nos alerta que quem muito se mistura acaba se perdendo. E minha sobrinha Ana Luisa Meireles dos Santos, com quatro anos de idade diz: *“Quem se acha não se perde!”* Sendo assim, é preciso encontrar nossa identidade, para se apropriar de nosso potencial e não perder nossas características ancestrais.

Seguindo o pensamento do referido doutor em Ciências Sociais e babalorixá, a tradição nagô não condena a interação de diferentes culturas, mas é preciso considerar que os diferentes povos humanos constituíram historicamente suas especificidades culturais e identitárias.

Neste sentido é necessário traçar estratégias para a manutenção da existência e

permanência de forma igualitária da cultura afro-brasileira.

LAICIDADE

A laicidade é uma premissa do Estado brasileiro e é seu dever acolher e respeitar a todos(as).

“Reivindicar laicidade nos espaços públicos não significa ser contrário ou inimigo das religiões cristãs, e sim o desejo de defender o princípio de impessoalidade na esfera pública, conforme previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.” (p.70, Currículo da Cidade Ed. Antirracista).

Desse modo o princípio de impessoalidade previsto no artigo 37, caput, indica que administração pública deve se abster de sua individualidade, prevalecendo a satisfação do interesse coletivo.

O princípio de impessoalidade preceitua a manutenção da imparcialidade referente a religiões dentro da esfera pública. O que percebemos na trajetória educacional que a religião aceitável dentro do contexto escolar é a cristã, com datas comemorativas que fazem parte do calendário letivo e conseqüentemente das práticas pedagógicas. Ouso relatar a prática de uma docente evangélica que no período da páscoa, apresentava um projeto pedagógico para a gestão escolar, solicitando a compra de pão e suco de uva, com a justificativa de ensinar o verdadeiro sentido da páscoa e afastar a ideia capitalista de venda de ovos de páscoa. Reitero que todas as cenas relatadas tiveram como testemunhas a autora deste artigo.

Se para esta e muitas outras comunidades escolares celebrar a páscoa cristã é aceitável e, está dentro da normalidade que nos foi imposta dentro do ambiente que tem como premissa a laicidade, porque não celebrar também o dia dos Ibejis, já que nesta data é ofertado às crianças, saquinhos de doces e brinquedos distribuídos em homenagem às entidades, ou incluir nas aulas de educação física rodas de capoeira, ou praticar meditação para alinhar os chacras?

De acordo ainda com as orientações do Currículo da Cidade para uma Educação Antirracista (p.72), nosso dever é assegurar que todos(as) os(as) estudantes possam ser contemplados(as) e se sintam confortáveis com as suas respectivas religiões, inclusive aqueles(as) que não professam nenhuma delas.

Mas quem quer ser o “nequinho ou neguinha da macumba”? Recorrendo à minha memória de estudante da educação básica, esta era a alcunha atribuída com o objetivo pejorativo, às pessoas pretas que não eram católicas ou evangélicas, apesar que em algumas situações conflituosas que ocorriam dentro da sala de aula, as pessoas que professavam a crença evangélica, também recebiam alcunhas, evidenciando a discriminação reproduzida dentro do contexto escolar.

Seguindo as orientações do documento normativo mencionado (p.76), as religiosidades de matrizes africanas precisam ser tratadas e discutidas, numa perspectiva histórica e reflexiva, assim como todas as outras religiões que rotineiramente estão presentes no cotidiano escolar. Sendo assim, é fundamental garantir que todos os envolvidos neste contexto, estejam em um espaço seguro, independente das crenças religiosas que professam ou não.

Outro ponto a ser abordado acerca da laicidade e discriminação da cultura afro-brasileira são sobre os hábitos religiosos. Pois consoante a Instrução Normativa de educação alimentar e nutricional para a educação infantil, é enfatizado que:

Deve-se considerar também o direito de escolhas alimentares e acolher crianças cujas famílias fazem opção por alimentação vegetariana, vegana e com exclusão de alimentos por questões religiosas. Nesses casos, segue-se o protocolo de oferta do alimento equivalente e adequado, previsto na relação de alimentos substitutos para dietas especiais elaboradas pela CODAE. (SÃO PAULO, 2020, p. 29).

Não há estranhamento quando se recebe este tipo de exigência alimentar, por se tratar de religiões e costumes considerados “normais”. E quando uma criança está usando uma guia? Que

reações temos? É preciso atenção para não reproduzir as atrocidades que os colonizadores praticaram acerca da religiosidade de matrizes africanas. É urgente a compreensão de que acolher e respeitar não é cultuar.

O artigo 5º, inciso VI, da Constituição de 1988, garante que: *“é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;”* Mesmo com a legislação garantindo a liberdade de crença e consciência, percebe-se que muitas famílias mantêm segredo com relação a sua crença, justamente para não sofrerem manifestações de repúdio e brutalidade por parte da comunidade educacional.

E para se encaixar nos padrões aceitáveis, muitos escondem sua crença, às vezes deixa de praticá-la ou a nega, tornando-se católicos ou evangélicos para se enquadrar no modelo cultural europeu. Recorrentes vezes, reflito sobre a influência que a discriminação e o preconceito exercem sobre as escolhas pessoais dos indivíduos e em especial, na maneira negativa que interfere na religiosidade e cultura do povo negro.

Percebe-se diante do exposto, que as reflexões para traçar práticas pedagógicas que consolidem a educação antirracista são amplas e urgentemente necessárias. É preciso discutir e planejar, para conquistar respeito, valorização e reconhecimento da importância da religiosidade de matrizes africanas para a cultura afro-brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a elaboração deste artigo, foi possível concluir que mesmo após a abolição da escravidão e com a tentativa de reparar as atrocidades que este período causou à população escravizada, ainda há discriminação em todas as esferas da sociedade brasileira e, o contexto escolar como já mencionado anteriormente, reproduz as relações sociais estabelecidas fora deste espaço de aprendizado. Mesmo com a obrigatoriedade proposta pela lei

10.639/03, do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas e, com a lei 7.716/89 que, pune todo tipo de discriminação ou preconceito, manifestações de racismo no contexto escolar é comum, nos fazendo pensar que a superação do racismo parece uma grande ilusão.

Sabemos que a discussão acerca da etnia é antiga e polêmica, por este motivo compreender os processos históricos e seus desdobramentos contribui para a construção de um currículo que considere a diversidade existente no país, possibilitando práticas que valorizam e respeitam tal diversidade, com ênfase aos grupos que foram considerados incapacitados para compor a classe assalariada no Brasil após a abolição da escravidão.

Diante do que abordamos, é importante ressaltar como bem pontua o doutor em Ciências Sociais e babalorixá Rodney William (2019, p.25) que o corpo de um negro ou de um índio está impregnado de cultura e memória, traz as marcas de dor e sofrimento que a colonização impingiu, por este motivo algumas práticas pedagógicas como as relatadas neste artigo não são homenagens. Ainda consoante à Rodney, ninguém tem o direito de usar um cocar e pintar a cara enquanto apoia a discriminação de grupos historicamente subjugados.

Em suma, as linhas deste artigo que aqui cessam, fazem parte de uma simplória provocação para os docentes que buscam criar dentro do contexto escolar um espaço seguro de convivência, o qual a ancestralidade e identidades dos membros que compõem esta comunidade sejam respeitadas, oportunizando a apropriação da consciência negra.

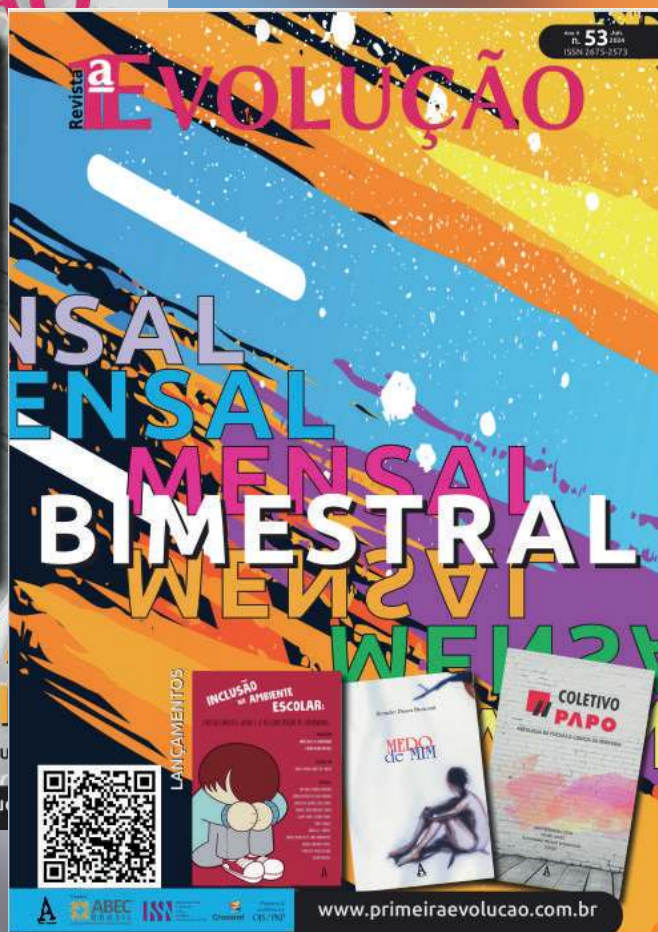
Sabemos que esta pesquisa não abordou todos os aspectos relacionados a ampla temática, portanto, sugerimos outras pesquisas abordando temas como práticas antirracistas dentro do contexto escolar, sobre História Afro-Brasileira, o resgate da ancestralidade dentro do contexto escolar ou a diferença entre racismo, preconceito e discriminação dentre outros temas oportunos e necessários acerca da ampla temática.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALMEIDA, Sílvia Luiz de. **Racismo estrutural**. Coord.: Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2023.
- CAVALLEIRO, Elaine dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FURTADO, Joaci Pereira. **Revolta das Carrancas: o silêncio ao redor**. Editora Madamu, 2024.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e Identidade Negra. In **Revista Aletria**, 2002. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/poslit>. Acesso em: 01 de março de 2013.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. Beatriz Nascimento, **Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.
- WILLIAM, Rodney. **Apropriação cultural**. Coord.: Djamila Ribeiro. São Paulo: Pólen, 2019.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA ELETRÔNICA

- <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/Curriculo-da-Cidade-Ed-Antirracista.pdf>
- <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/ensino-fundamental-anos-iniciais/131-identidade-eu-no-mundo?highlight=WyJhcnRll0=>
- <https://www.dicio.com.br/identitaria/>
- https://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/traf_negreiro.html#:~:text=Os%20negros%20trazidos%20para%20o,e%20no%20Rio%20de%20Janeiro
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- <https://www.significados.com.br/identidade/#:~:text=Identidade%20%C3%A9%20a%20qualidade%20de,%20C%20filia%C3%A7%C3%A3o%20C%20impres%C3%A3o%20digital%20etc>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.53>

ORGANIZAÇÃO:

Andreia Fernandes de Souza
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

António Ambriz Camuano
Constantino João Manuel
Daniela da Silva Souza Santos
Elisangela Santos Reimberg Eduardo
Fernanda Jaquelina Irineu Holanda
Fernando Massi Argentino
Francisca Francineuma de Lima
Graziela de Carvalho Monteiro
Janaina Pereira de Souza
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro
Jucira Moura Vieira da Silva
Maria Aparecida da Silva
Maria do Socorro Viana de Oliveira da Hora
Maria Gilma do Nascimento Azevedo
Monika Shinkarenko
Patrícia Hermínio da Silva
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza
Sileusa Soares da Silva
Simone de Cássia Casemiro Bremecker
Tania Aparecida Feitosa Medeiros
Viviane de Cássia Araujo



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

